

Relatório

Demonstrações Contábeis

Companhia Transudeste de Transmissão

31 de dezembro de 2011 e 2010
com Relatório dos Auditores Independentes

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis..... 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais..... 3

Demonstração dos resultados 5

Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 6

Demonstração dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis..... 9

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Srs.
Diretores e Acionistas
Companhia Transudeste de Transmissão

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transudeste de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transudeste de Transmissão em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte (MG), 30 de janeiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-MG

Flávio de Aquino Machado
Contador CRC MG-065899/O-2

Companhia Transudeste de Transmissão

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Circulante			(Reclassificado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.983	1.533
Títulos e valores mobiliários		2.018	2.189
Contas a receber - ativo financeiro	6	20.517	17.555
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	64	58
Outros		1.599	280
Total do ativo circulante		26.181	21.615
 Não circulante			
Contas a receber - ativo financeiro	6	77.594	78.519
Imobilizado		101	91
Intangível		6	665
Outros		9	-
Total do ativo não circulante		77.710	79.275
 Total do ativo		103.891	100.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Notas	31.12.2011	31.12.2010 (Reclassificado)
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	4.381	4.313
Dividendos a pagar	11 c	13.705	7.884
Tributos e contribuições sociais	7	693	601
Taxas regulamentares	9	519	374
Outros		268	917
Total do passivo circulante		19.566	14.089
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	27.598	31.212
Tributos diferidos	7	1.181	1.270
Taxas regulamentares	9	281	281
Outros		473	52
Total do passivo não circulante		29.533	32.815
Patrimônio líquido			
Capital social	11 a	30.000	30.000
Reservas de lucros		24.792	23.986
Total do patrimônio líquido		54.792	53.986
Total do passivo e patrimônio líquido		103.891	100.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Receita operacional líquida	13	17.516	17.283
Custo de operação			
Pessoal		(289)	(237)
Material		(10)	(4)
Serviços de terceiros		(1.109)	(973)
Depreciação		(6)	(1)
Taxa de fiscalização		(87)	(78)
Custo de construção		(1.075)	(1.416)
Outras		(12)	(17)
		<u>(2.588)</u>	<u>(2.726)</u>
Lucro operacional bruto		14.928	14.557
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(271)	(221)
Material		(10)	(17)
Serviços de terceiros		(219)	(210)
Outras		(56)	(56)
		<u>(556)</u>	<u>(504)</u>
Resultado do serviço		14.372	14.053
Resultado financeiro			
Receita financeira		693	376
Despesa financeira	14	(4.201)	(3.662)
		<u>(3.508)</u>	<u>(3.286)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.864	10.767
Imposto de renda	12	(494)	(425)
Contribuição social	12	(248)	(218)
IR e CS diferidos		90	(327)
		<u>(652)</u>	<u>(970)</u>
Lucro líquido do exercício		10.212	9.797
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		340,40	326,57
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)		30.000	30.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital Social	Legal	Especial de dividendos	Lucros retidos	Lucros acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2009	30.000	652			52.073
Distribuição de dividendos			9.294		(5.557)
Lucro Líquido			(5.557)		9.797
Reserva legal		490			-
Dividendos					(490)
Dividendo adicional proposto			6.980		(2.327)
Reservas de Lucros				12.127	(6.980)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	30.000	1.142	10.717	12.127	(12.127)
Distribuição de dividendos com reserva de lucros			(6.980)		53.986
Lucro líquido do exercício					(6.980)
Reserva legal		511			10.212
Dividendos declarados					(511)
Dividendo adicional proposto			7.276		(2.426)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	30.000	1.653	11.013	12.127	(7.276)
					-
					54.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2011	31.12.2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.212	9.797
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	6	1
Variações monetárias e cambiais líquidas	4.048	3.884
Baixa de ativos	651	1.418
	<u>14.917</u>	<u>15.100</u>
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(408)	(73)
Ativo financeiro indenizável	(2.554)	(2.727)
Impostos a recuperar	(6)	-
Outros ativos	(402)	3
	<u>(3.370)</u>	<u>(2.797)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Provisões pré-operacionais	-	(1.884)
Tributos e contribuições sociais	92	76
Taxas regulamentares	145	136
Tributos diferidos	(89)	329
Outras contas a pagar	(229)	712
	<u>(81)</u>	<u>(631)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>11.466</u>	<u>11.672</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações no imobilizado	(8)	(1.642)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(8)</u>	<u>(1.642)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(3.585)	(1.852)
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(7.423)	(7.896)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(11.008)</u>	<u>(9.748)</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>450</u>	<u>282</u>
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.533	1.251
Saldo no final do exercício	<u>1.983</u>	<u>1.553</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>450</u>	<u>282</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Companhia Transudeste de Transmissão foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 25 de outubro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de fevereiro de 2007.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão e por FURNAS Centrais Elétricas, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 005/2005, de 04 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora – 345 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2005	30	04/03/2035	18.028	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.171/2011.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi submetida para a aprovação do Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2012.

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

b. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Para melhor apresentação, os valores de aplicações em renda fixa vinculadas ao financiamento do BNDES e que não são passíveis de resgate, no total R\$ 2.189 em 31 de dezembro de 2010, foram reclassificados e estão sendo representados nas presentes demonstrações financeiras na rubrica de "títulos e valores mobiliários" no ativo com a consequente reapresentação dos saldos passivos de "empréstimos e financiamentos" que estavam reduzidos por este mesmo valor naquela data base.

c. Moeda funcional

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

d. Transações e Saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que são realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

3.1.2 Contas a receber - ativo financeiro

3.1.2.1 Ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. Essa parcela da infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio da taxa efetiva de juros calculada de acordo com as normativas contábeis adotadas. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.2. Contas a receber - Ativo financeiro-- Continuação

3.1.2.2. Clientes

A Companhia classifica os saldos de Contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes

3.1.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.4. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

3.2. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição, sendo que não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

3.3. Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil estimado dos bens.

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº. 367, de 02 de junho de 2009.

3.4. Intangíveis - Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

3.5. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.7. Provisões para litígios

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8. Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

3.8. Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

-- Continuação

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

3.8.1. Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.9. Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

3.10. Tributação

3.10.1. Impostos sobre as prestação de serviço

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 3,00%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00% e 7,65%;

Esses tributos são deduzidos das receitas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.10.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Correntes

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

3.10. Tributação – Continuação

3.10.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.11. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.12. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis. Caso contrário, será registrado no circulante.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.14. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

3.15. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,5% da RAP.

3.16. Benefícios a empregados (participação nos lucros)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

3.17. Transações entre as partes relacionadas

Os serviços são realizados em condições e prazos firmados entre as partes registradas de acordo com os termos contratados.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

3.18. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Receita de transmissão de energia elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos ativos financeiros

Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

3.19. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

3.20. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Estimativas e julgamentos contábeis

4.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Estimativas e julgamentos contábeis-- Continuação

4.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

4.1.1. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Estimativas e julgamentos contábeis-- Continuação

4.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

4.1.2. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

4.1.3. Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4.1.4. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Estimativas e julgamentos contábeis-- Continuação

4.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

4.1.5. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

4.1.6. Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

4.1.7. Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária reconhece a receita de construção, a mesma é contabilizada pelo valor justo de seus respectivos custos transformados em custos de construção. Na contabilização das receitas de construção, a Companhia reconhece no momento da ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura.

4.1.8. Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária efetua operação e manutenção da LT, a receita é reconhecida pelo valor justo de seus respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa e depósitos bancários a vista	10	150
Investimentos de curto prazo	1.973	1.383
	<u>1.983</u>	<u>1.533</u>

Os investimentos de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, e são considerados instrumentos financeiros. Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Em 2011, as taxas variaram entre 95% a 103% do CDI.

6. Contas a receber – ativo financeiro

	31.12.2011	31.12.2010
Encargos de transmissão faturados, a receber	2.146	1.738
Ativo financeiro curto prazo	18.371	15.817
Ativo financeiro longo prazo	77.594	78.519
	<u>98.111</u>	<u>96.074</u>

6.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

6.2 Ativo financeiro

O contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica No 005 de 04/03/2005 celebrado entre a União – Poder Concedente e a Companhia Transudeste de Transmissão, regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser vertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização;

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Contas a receber – ativo financeiro -- Continuação

6.2 Ativo financeiro -- Continuação

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor;
Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	94.336
Remuneração do ativo financeiro	15.790
Custo de construção	1.073
Outros	1.890
Realização do ativo financeiro	(17.124)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	95.965

7. Tributos e contribuições sociais

	31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante		
PIS/COFINS/CSLL – Lei 10.833/2003	22	20
IRRF a compensar	42	38
	<u>64</u>	<u>58</u>
Passivo circulante		
IRPJ	369	303
CSLL	160	131
COFINS	119	105
Outros	45	62
	<u>693</u>	<u>601</u>
Passivo não circulante	<u>1.181</u>	<u>1.271</u>
IR e CS diferido (i)	<u>1.181</u>	<u>1.271</u>

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Tributos e contribuições sociais --Continuação

- (i) O IR e CS diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. A composição segue abaixo:

	31.12.2011	31.12.2010
Ativo fiscal regulatório (sem adoção do ICPC 01)	92.183	90.112
Ativo societário (com adoção do ICPC 01)	95.965	94.336
Outras diferenças temporais	308	486
Base para constituição IR e CS Diferidos	3.474	3.738
IR e CS diferidos	1.181	1.271

8. Empréstimos e financiamentos

	2011					2010
	Circulante			Não circulante		Total
	Principal	Encargos	Total	Principal e encargos	Total	
Moeda nacional						
Santander	1.147	38	1.185	7.459	8.644	9.796
BDMG	1.147	38	1.185	7.459	8.644	9.796
BNDES	1.195	38	1.233	7.767	9.000	10.200
	3.489	114	3.603	22.685	26.288	29.792
Moeda estrangeira						
Santander	249	7	256	1.620	1.876	1.887
BDMG	249	7	256	1.612	1.868	1.890
BNDES	259	7	266	1.681	1.947	1.957
	757	21	778	4.913	5.691	5.734
	4.246	135	4.381	27.598	31.979	35.526

Os financiamentos tiveram como finalidade a implantação do sistema de transmissão de energia da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de fora e têm hoje como garantia, penhor de direitos emergentes do contrato de concessão, penhor dos direitos de crédito, garantias fidejussórias e seguro garantia de obrigações públicas emitida por UBF Garantias & Seguros S.A. Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos aos seguintes encargos:

Moeda nacional

Sobre o saldo devedor incidirão juros à taxa de 4,5% ao ano acima da TJLP, a partir da data de liberação dos recursos pelo BNDES aos AGENTES FINANCEIROS (BDMG e Santander Banespa), observadas as condições em que a TJLP for superior a 6% e quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (descrito em contrato).

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

Sobre o saldo devedor incidirão juros à taxa de 4,0% ao ano acima da TJLP, a partir da data de liberação dos recursos pelo BNDES, observada as condições em que a TJLP for superior a 6% e quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (descrito em contrato).

Moeda estrangeira

O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,5% ao ano, acima da taxa variável capitalizados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, durante o prazo de carência e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de setembro de 2007 para os contratos celebrados com o BDMG/Santander.

O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação pelo BNDES e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,0% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação deste recurso, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado para o contrato celebrado com o BNDES.

Os empréstimos e financiamentos serão pagos em 142 prestações mensais com vencimento final em 2019.

Os vencimentos anuais das parcelas do principal dos financiamentos a longo prazo são os seguintes:

	Moeda nacional			Moeda estrangeira			Total
	Santander	BDMG	BNDES	Santander	BDMG	BNDES	
2013	1.147	1.147	1.195	249	248	259	4.245
2014	1.147	1.147	1.195	249	248	259	4.245
2015	1.147	1.147	1.195	249	248	259	4.245
2016	1.147	1.147	1.195	249	248	259	4.245
2017	1.147	1.147	1.195	249	248	259	4.245
Após 2017	1.724	1.724	1.791	375	372	387	6.373
Total	7.459	7.459	7.766	1.620	1.612	1.682	27.598

A Companhia não tem conhecimento de qualquer violação de cláusulas restritivas dos contratos de financiamentos celebrados com as instituições acima descritas.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Taxas regulamentares

	31.12.2011	31.12.2010
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	333	306
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	360	266
Taxa de Fiscalização ANEEL	107	83
Total	800	655
Circulante	519	374
Não Circulante	281	281

10. Partes relacionadas

Contratos da fase operacional:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Juiz de Fora contratado pelo valor de R\$ 2.890 que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 de agosto de 2007.
- FURNAS para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Itutinga contratado pelo valor de R\$ 860 que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 de agosto de 2007.
- CEMIG Geração e Transmissão para execução do compartilhamento de instalações relativo a SE de Juiz de Fora da LT Itutinga-Juiz de Fora contratado pelo valor de R\$ 6 mensais.
- Aditivo firmado relativo ao contrato de 2005 de "Empreitada Total a Preço Global e Prazo Determinado", para o fornecimento de materiais e equipamentos, serviços de engenharia e obras civis, para implantação das instalações de transmissão do empreendimento da Alusa Engenharia Ltda. e Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda no valor de R\$ 4.014.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2011 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R\$ 138, composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social autorizado e integralizado era de R\$ 30.000, representado por 30.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	
	Integralizadas	% do capital
Transminas Holding S/A	12.299.998	40,999933%
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	7.199.999	23,999999%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.499.999	24,999999%
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	2.999.999	9,90007%
Conselheiros	5	0,099999%
	30.000.000	100,000000%

b) Reservas de lucro

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva especial de dividendos

Os lucros remanescentes do exercício de 2011 foram mantidos nesta conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia dos acionistas, para sua destinação.

- Reservas de lucros retidos

Refere-se à adoção inicial dos CPC's cuja destinação será deliberada na próxima assembleia geral ordinária.

c) Dividendos propostos

As demonstrações contábeis registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

Saldo de dividendos a pagar

Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2010	7.884
Destinação AGO	6.980
Dividendos pagos no exercício	(3.585)
Dividendos mínimos obrigatórios	2.426
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2011	<u>13.705</u>

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	2011		2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de concessão de transmissão	1.890	1.890	1.949	1.949
Receita de infra-estrutura	1.073	1.073	1.416	1.416
Remuneração de ativos da concessão	15.790	15.790	15.022	15.022
Total da receita operacional	18.753	18.753	18.387	18.387
Ajustes decorrentes do ICPC	(1.286)	(1.286)	(2.786)	(2.786)
Receita operacional ajustada	17.467	17.467	15.601	15.601
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	1.397	2.096	1.248	1.872
Receitas financeiras	666	666	549	549
Base de cálculo	2.063	2.762	1.797	2.421
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
TOTAL	494	248	425	218

13. Receita operacional líquida

	31.12.2011	31.12.2010
Receita operacional		
Receita de concessão de transmissão	1.890	1.949
Receita de infra-estrutura	1.073	1.416
Remuneração dos ativos de concessão	15.790	15.022
	18.753	18.387
Deduções da receita operacional		
PIS	(114)	(101)
COFINS	(524)	(468)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(437)	(390)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(162)	(145)
	(1.237)	(1.104)
Receita operacional líquida	17.516	17.283

14. Despesas financeiras

	31.12.2011	31.12.2010
Encargos de empréstimos e financiamentos	3.244	3.362
Outras despesas financeiras líquidas	9.574	300
	4.201	3.662

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

b) Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- **Risco de crédito**

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 233 usuários, com cláusula de garantia bancária.

- **Risco de preço**

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

- **Risco de taxas de juros**

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Instrumentos financeiros -- Continuação

b) Gestão de risco -- Continuação

- Risco de taxas em cesta de moedas

A Companhia possui contrato de financiamento em moeda estrangeira (cesta de moedas), correspondente a 16% do total financiado.

- Risco financeiro

A Companhia está em operação e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

c) Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

17. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro com a Tóquio Marine Seguradora Seguros S/A em garantia de suas operações no montante total de R\$ 3.640.861 relacionado a riscos nomeados com vigência até 24/05/2012.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Companhia Transudeste de Transmissão

Conselho de Administração

José Lazaro Alves Rodrigues – Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Luiz Fernando Paroli Santos – Conselheiro

Ricardo Vinhas Correa da Silva – Conselheiro

João Procópio Campos Loures Vale - Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado – Diretor-técnico

Eduardo A.de Figueiredo – Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva

Contadora CRC N° MG-067247/0-2